

Resumo de notícias econômicas

16 de Agosto de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 154

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 16 DE AGOSTO DE 2021

Bancos, varejo e commodities são apostas

Broadcast

Com a temporada de divulgação de balanços das grandes empresas no segundo trimestre quase encerrada, as atenções se voltam agora às perspectivas para os próximos meses. Analistas relacionam alguns setores que podem se destacar quanto à possibilidade de ganhos para os investidores. Um deles é o de bancos, frente à expectativa de redução na inadimplência e, conseqüentemente, da provisão para devedores duvidosos (PDD). Esses fatores teriam impacto positivo na lucratividade, apesar do aumento da competição, com a chegada do open banking e a maior agressividade das fintechs. É preciso levar em conta que as ações do setor estão sendo negociadas com desconto, o que dá margem para valorização.

Outro setor elencado pelos especialistas é o de Saúde, que deve melhorar daqui para frente, a considerar a análises de vários dirigentes de empresas de que "o pior já passou", conforme o analista Vitor Suzaki, do Banco Daycoval. Ele também cita as empresas ligadas a commodities metálicas, que devem continuar a se beneficiar das cotações ainda elevadas, além do impulso do pacote de infraestrutura nos EUA.

Ainda com relação a commodities, Phil Soares, chefe de análise de ações na Órama, diz que empresas ligadas a petróleo e celulose também se beneficiam dos altos preços, em especial a segunda, que vem de uma sequência de vários anos em baixo patamar.

Por fim, setores mais penalizados na fase mais aguda da pandemia tendem a seguir em recuperação. Nesse grupo estão, por exemplo, varejo, shoppings e distribuidoras de combustíveis, que podem apresentar números próximos aos observados em 2019 pela primeira vez desde o surgimento da covid-19, segundo Henrique Esteter, da Guide Investimentos. "Isso abriria espaço para um retorno da confiança dos investidores nesses papéis." Outros setores destacados pelos analistas

para os próximos meses foram os de proteína animal e empresas voltadas à produção de energia limpa.

Com relação à composição das carteiras Top Picks para a próxima semana, a Ativa Investimentos retirou BR Partners Unit, JBS ON e Weg ON, e colocou Boa Safra ON, Sulamerica Unit e Valid ON, mantendo Ambipar ON e Santander Unit. O Banco Daycoval trocou apenas uma ação, colocou BB Seguridade ON no lugar do Itaú PN, e manteve Hapvida ON, Lojas Renner ON, Natura ON e Vale ON. A Elite Investimentos manteve quatro ações, Alpargatas ON, Metalúrgica Gerdau PN, M. Dias Branco ON e Vale ON e tirou apenas Intelbras ON, para colocar Allied ON no lugar.

Conta digital do Bradesco bate 2 milhões de clientes

Broadcast

O Bitz, conta digital e gratuita do Bradesco, bateu a marca de 2 milhões de clientes após quase um ano do seu lançamento, em setembro de 2020. Ao fim de junho, eram 1,5 milhão de downloads acumulados. Em contas, já são mais de 1 milhão. O Bitz é uma carteira digital que oferece uma conta de pagamento grátis, na qual o saldo rende 100% do CDI de maneira automática.

Engarrafadora da Coca ofertará ações na Bolsa

Broadcast

A Solar Bebidas, segunda maior engarrafadora da Coca-Cola no Brasil, prepara uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), conforme pedido enviado ontem à Comissão de Valores Mobiliários. A operação será apenas secundária, ou seja, o dinheiro não vai para a companhia, mas para os acionistas vendedores, a Renosa Participações e a MAA Investimentos. O IPO da Solar faz parte de um acordo no processo de fusão em curso com o Grupo Simões, fabricante e engarrafador da Coca-Cola na Região Norte.

Susep flexibiliza regras para seguros de automóveis

Broadcast

Um seguro de automóvel com cobertura de furto, mas sem cobertura contra colisão. Ou um seguro de motocicleta que cobre 50% do valor do veículo. A partir de 1.º de setembro, as seguradoras terão mais liberdade para criar e oferecer formas novas – e mais baratas – de seguros de veículos. Será possível, inclusive, contratar o seguro auto sem nem mesmo ser proprietário de um automóvel. Publicadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), as regras que flexibilizam e simplificam o seguro de automóvel esperam torná-lo mais popular. Da frota total de veículos do País, apenas 16% tinham cobertura de seguro em 2019. Esse percentual cresce para 33% se considerados apenas veículos com até dez anos de fabricação. Para a Susep, é possível melhorar esses indicadores oferecendo mais liberdade contratual, diversificação e melhores preços.

“Vamos permitir, com as novas regras e critérios, que uma diversificação efetiva de produtos apareça. Se alguém quiser fazer seguro só da metade do carro, por que não permitir isso? É melhor do que não ter um seguro”, explica Rafael Scherre, diretor da Susep. Entre as mudanças previstas, está a possibilidade de que o seguro seja contratado mesmo sem identificação exata do veículo, o que já existe em outros países. O diretor detalha que isso facilitará, o acesso ao seguro por motoristas de aplicativos e condutores que compartilham veículos, usam carros por assinatura ou alugados nos fins de semana. Não precisa ser dono do carro, basta apontar o valor desejado do seguro e referências sobre o tipo de veículo.

A Susep também mudará regras que, segundo a entidade, podem baratear os seguros. As seguradoras passam a ter a possibilidade de cobrar franquia em casos de indenização integral ou por incêndio, queda de raio e explosão, o que era proibido. Também passam a poder exigir no contrato que os reparos sejam feitos exclusivamente em oficinas da rede credenciada. “O segurado passa a participar do risco, o que pode torná-lo mais diligente”, diz.

Governo mira subsídio para reduzir diesel

O Estado de S. Paulo

Em novo aceno aos caminhoneiros, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que pretende zerar a cobrança de PIS/Cofins sobre o diesel. Segundo ele, a medida está em discussão com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto. A compensação viria de R\$ 15 bilhões hoje destinados a outros subsídios, que seriam revistos. Ele não especificou os alvos do corte.

“Vamos pegar esses R\$ 15 bilhões e abater nos R\$ 19 bilhões que arrecadamos de PIS e Cofins”, disse Bolsonaro em entrevista à rádio Jovem Pan Maringá (PR). “O que geralmente é feito com esse dinheiro? Vai para o Tesouro. Quando vai para o Tesouro, não vai para nós porque tem o teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à inflação), então é dinheiro que vai para abater dívidas”, afirmou.

A redução do diesel deve aproveitar como compensação o aumento de receita que virá do corte de gastos tributários (que incluem subsídios e incentivos) exigido pela emenda constitucional 109, antes chamada de PEC emergencial. Por essa emenda, a equipe econômica precisa encaminhar ao Congresso, até meados de setembro, um plano para revisar subsídios, cortando 10% já neste ano e reduzindo o volume total à metade até 2029. Neste ano, a previsão é que os gastos tributários cheguem a R\$ 307,9 bilhões, o equivalente a 4,02% do PIB.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a redução da alíquota de PIS/Cofins sobre diesel não é considerada um gasto tributário e, por isso, não “atrapalhará” o cumprimento do plano de redução dos subsídios. Por isso, Bolsonaro poderá usar o aumento de arrecadação para atender a seus interesses eleitorais sem descumprir a Constituição. Isso porque a emenda não diz como deve ser usado o incremento nas receitas oriundo desse plano de corte nos incentivos.

Segundo um integrante da equipe econômica, como o dinheiro antes iria para o caixa do Tesouro, uma vez que o teto é um obstáculo à elevação de gastos, a opção é conceder uma redução de imposto. Caso a opção do presidente fosse pela concessão de outro subsídio, aí sim ele teria de “forçar a mão” sobre os incentivos que já existem hoje para conseguir atender a sua base sem descumprir o plano. Ou seja, essa hipótese demandaria um esforço adicional.

O presidente tem manifestado a intenção de que o corte no PIS/Cofins sobre o diesel seja retomado ainda este ano. Ele esteve em vigor nos meses de março e abril, a um custo de R\$ 3 bilhões para os cofres públicos. Mas outro integrante da equipe econômica afirma que a medida “não seria para este ano”. Fontes na área econômica avaliam que esse tipo de política é ineficiente, uma vez que outros fatores que influenciam o preço do combustível, como dólar e cotação do petróleo no mercado internacional, podem rapidamente anular o “alívio” de curto prazo concedido pelo corte nas alíquotas dos tributos.

Senado eleva teto de receita para microempreendedor

O Estado de S. Paulo

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto que permite enquadrar pessoas com receita bruta anual de até R\$ 130 mil na categoria de microempreendedores individuais (MEIs). Hoje, o limite para esse enquadramento é de receita bruta anual de até R\$ 81 mil. Se for uma empresa recém-aberta, o faturamento terá como limite o valor de R\$ 10.833,33 multiplicados pelo número de meses em que o MEI estiver em operação. A proposta, de autoria do senador Jayme Campos (DEM-RO), segue para a análise da Câmara dos Deputados.

A figura do MEI foi criada em 2008 com o objetivo de incentivar a formalização de pequenos negócios e de trabalhadores autônomos.

Com o registro, o microempreendedor pode ter CNPJ, emitir notas fiscais, alugar máquinas de cartão e ter mais acesso a empréstimos bancários. O enquadramento como MEI também possibilita pagamento de carga tributária reduzida e com recolhimento simplificado, além de assegurar cobertura do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Outra mudança do projeto aprovado pelos senadores diz respeito ao número de empregados. Atualmente, os MEIs podem contratar apenas um empregado desde que receba, no mínimo, um salário mínimo (hoje, em R\$ 1,1 mil). Com o projeto, serão autorizados dois empregados por MEI.

O relator do texto, senador Marcos Rogério (DEM-RO), disse que existiam 11,2 milhões de MEIs ativos no País no fim de 2020, alta de 8,4% em relação ao ano anterior. Esses microempreendedores correspondiam a mais da metade (56,7%) do total de

negócios em funcionamento no País, segundo ele. Se aprovadas também na Câmara, as novas regras vão entrar em vigor em 1.º de janeiro de 2022. A renúncia fiscal foi estimada pela Consultoria do Senado em R\$ 2,3 bilhões em 2022, R\$ 2,5 bilhões em 2023 e R\$ 2,6 bilhões em 2024.

O relator rejeitou emendas que tentavam incluir os corretores de imóveis como MEI, pois a atividade já conta com tributação especial. “O projeto não propõe nenhum benefício exagerado ou favorece setores específicos, mas busca auxiliar microempresários que trabalham por conta própria, muitos dos quais enfrentam momentos econômicos difíceis em razão da pandemia, e incentivar o desenvolvimento de novos empreendimentos”, afirmou Marcos Rogério. “Destacamos que, diante dos altos índices de desemprego, muitos profissionais encontraram no empreendedorismo uma forma de gerar renda e explorar novas atividades econômicas. A proposição tem, assim, potencial para movimentar a economia e ajudar a reduzir os índices de desemprego, tanto por meio do incentivo ao empreendedorismo quanto por possibilitar a abertura de novos postos de trabalho.”

O Sebrae comemorou a aprovação da proposta pelo Senado e disse esperar que os deputados também deem aval ao texto. “O aumento do limite é necessário, pois o atual foi fixado pela Lei Complementar n.º 155, de 2016, há cerca de cinco anos”, informou a entidade.

Reforma do IR Especialista vê efeito desigual com projeto

O Estado de S. Paulo

A reforma do Imposto de Renda prevista pelo parecer do deputado Celso Sabino (PSDBPA) prevê uma desoneração em torno de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), mas isso não significa benefícios iguais para todos os setores nem para todos os regimes de tributação. A pedido do Estadão, o economista Sérgio Gobetti traçou uma radiografia do impacto do projeto, inclusive com as mais novas mudanças introduzidas pelo relator. Especialista na tributação do Imposto de Renda, Gobetti faz simulações sobre o impacto da proposta desde junho, quando o projeto foi enviado ao Congresso.

Sócios de empresas que usam o regime de lucro presumido e faturam até R\$ 4,8 milhões por mês, como profissionais liberais (médicos, advogados, economistas), serão

duplamente beneficiados: pagarão menos impostos por causa da queda da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e ficarão totalmente isentos da tributação sobre a distribuição de lucro e dividendos com as novas mudanças divulgadas ontem pelo relator.

Já para as empresas do lucro real, a possibilidade de ganho ou a perda dependerá do percentual retido ou distribuído dos dividendos, que com o projeto vão passar a ser taxados com uma alíquota de 20%. Se a empresa reter pelo menos 30% do lucro, já terá redução da carga tributária. Se for do setor financeiro ou fizer uso expressivo das deduções dos chamados Juros de Capital Próprio (JCP), que estão sendo eliminados pelo projeto, aí o mais provável é que haja aumento de imposto, mesmo com a retenção parcial dos lucros. O JCP é uma forma alternativa que as empresas de capital aberto usam para remunerar os seus acionistas e depois conseguem deduzir do imposto a pagar.

O impacto muito diferente da proposta nos diversos tipos de empresas é a razão principal para a polêmica em torno do projeto, que já teve quatro versões de pareceres.

Além das empresas, Estados e municípios reclamam que vão perder arrecadação. Eles conseguiram impedir ontem a votação da proposta pelo plenário da Câmara.

Desde que o projeto foi enviado ao Congresso, muitos setores empresariais reclamam do aumento da carga tributária com a volta da tributação de lucro e dividendos – que deixou de existir há 25 anos. Para aumentar o apoio, o relator antecipou que vai conceder isenção total aos dividendos pagos por empresas do lucro presumido (com faturamento de até R\$ 4,8 milhões anual). Até as novas modificações, os dividendos pagos por essas empresas seriam tributados acima de R\$ 20 mil por mês (R\$ 240 mil por ano). De modo que, para empresas que faturam até R\$ 400 mil de renda per capita, a queda do IRPJ e da CSLL compensaria a tributação de dividendos. Com a isenção integral, mesmo empresas que faturam mais serão beneficiadas.

As empresas do Simples já tinham conseguido a isenção numa rodada anterior de negociação por pressão da bancada do Congresso que defende as micro e pequenas empresas.

Para Gobetti, a ampliação das isenções para pequenas empresas vai na contramão do que são as recomendações internacionais para combater o fenômeno da “pejotização” (prestar serviço como pessoa jurídica em vez de pessoa física para pagar menos imposto). “O pior é que, além de isentar dividendos, estão reduzindo o IRPJ e a CSLL das pequenas empresas, justamente o contrário do que deveria ser feito para restabelecer um mínimo de equidade ao sistema tributário brasileiro.”

Segundo Gobetti, não faz sentido um profissional liberal pagar entre 6% e 16% de imposto se prestar serviço como empresa e 27,5% como pessoa física (maior alíquota da tabela, para quem ganha acima de R\$ 4.664,68 por mês). Hoje, um prestador de serviços do Simples que fature R\$ 360 mil no ano paga 8,6% de imposto. No lucro presumido, ele desembolsa hoje 16,3% e passará a pagar 12,9%, caso seja aprovado o substitutivo do relator.

Endividadas buscam IPOs para quitar seus débitos

Broadcast

Em meio a um ambiente de dinheiro farto no mercado, a oferta inicial de ações, tem sido encarada por mais empresas como uma alternativa de captação de recursos para o pagamento de dívidas, e não apenas como uma maneira de apoiar novos investimentos. Das cinco últimas operações que entraram em análise na CVM, quatro já disseram que usarão os recursos obtidos com investidores na Bolsa para quitar passivos: a rede de restaurantes Madero, a petroquímica Unigel, a empresa de balas e doces Dori e a farmacêutica Althaia. As quatro companhias esperam estrear no mercado a partir de setembro e captar ao menos R\$ 5 bilhões em suas ofertas iniciais.

O Madero planeja usar metade do que pretende captar na oferta primária para reduzir seu passivo, que era de R\$ 1,8 bilhão no fim de junho. A oferta de ações é estimada em ao menos R\$ 2 bilhões. Um interlocutor do empresário Junior Durski, dono do Madero, diz que a rede foi muito atingida pela pandemia e, mesmo assim, manteve o plano de abertura de lojas. Investimento em alta e queda na receita levaram a alavancagem às alturas. Na primeira metade do ano, a dívida da rede subiu 40%.

A Dori, dona das marcas Disqueti, Boleti e Gometz, não revela que porcentual dos recursos a serem obtidos no IPO quer destinar ao pagamento de dívidas. Mas

planeja quitar R\$ 120 milhões em debêntures que vencem em 2025. A expectativa é de captar R\$ 1 bilhão.

A Unigel, que pode captar R\$ 1,5 bilhão, pretende usar parte do IPO para “aprimoramento da estrutura de capital”, com a quitação de dívidas, que somavam R\$ 3 bilhões no fim do semestre e cresceram 16,7% em um ano. Já a Althaia quer usar 10% do que captar para melhorar seu endividamento.

Para banqueiros de investimento, usar parte dos recursos para pagar dívidas não é um problema. Desde que o plano seja claramente sinalizado ao mercado. “Não tenho nenhum preconceito de que uma empresa que está enfrentando problema de endividamento busque uma solução no mercado de capitais”, diz o vice-chairman de banco de investimento e responsável pela área de mercado de capitais do Credit Suisse, Ivan Monteiro. Pelos lados dos investidores, gestores avaliam que não dá para comprar ações no IPO de uma empresa que tem planos unicamente de reduzir dívida. Se a companhia tiver uma história de crescimento interrompida na pandemia, mas com a mesma trajetória adiante, e a redução de passivo facilitar a expansão do negócio, dá para entrar. Porém, não a qualquer preço.

Impactos no mercado de compra e venda de títulos de precatórios

Broadcast

A PEC dos precatórios apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, está impactando o mercado de compra e venda desses títulos. Só por meio de fundos, estima-se que seriam R\$ 13 bilhões investidos em precatórios. Pessoas físicas e family offices também aplicam nesse tipo de dívida. Não há uma conta oficial de quanto é transacionado em precatórios no mercado financeiro. Mas foi uma fatura de R\$ 90 bilhões a ser paga em 2022, que levou o governo a enviar a PEC ao Congresso.

Com a PEC no radar, compradores e vendedores postergaram negócios e priorizaram os precatórios que não seriam atingidos pelas mudanças: os de menor valor. Pela proposta, só os precatórios de até R\$ 66 mil teriam pagamento garantido no ano que vem.

Senado resiste a validar ‘pacotão trabalhista’ aprovado pela Câmara

O Estado de S. Paulo

O Senado resiste a carimbar o “pacotão” trabalhista aprovado na Câmara. Entre as medidas aprovadas pelos deputados federais, estão a criação de novas modalidades de contratação, inclusive sem carteira assinada e com FGTS menor, além de mudanças na CLT, como a redução no pagamento de horas extras a algumas categorias. Líderes apontam contrariedades com o texto. Um dos maiores alvos de polêmica é a criação do Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip), voltado para garantir a qualificação profissional e a inclusão produtiva do jovem de baixa renda no mercado de trabalho. Como não há vínculo formal de trabalho, o programa prevê o pagamento de uma bolsa (metade bancada pela empresa, metade pelo governo), de até R\$ 550. O valor também vai depender da carga horária.

Senadores pediram para os consultores da Casa elaborarem uma análise da MP aprovada na Câmara para discutir mudanças. “Tem muita coisa que pode ser até um jabutizinho, umas pegadinhas, e tem de ser avaliada”, afirmou o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que foi o relator da MP que permitiu o programa de redução de jornadas e salários no ano passado. O texto original, enviado pelo governo, tinha 25 artigos e estabelecia uma nova rodada do programa que permite às empresas reduzir jornada e salário ou suspender contratos por causa da pandemia. Como complemento da renda, o governo banca o Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda (BEM).

Os deputados aprovaram dispositivos que ampliaram o texto para 94 artigos, incluindo a criação de três novos programas voltados para jovens e pessoas com mais de 50 anos, com apoio do governo. Até ontem o projeto não tinha sido encaminhado formalmente ao Senado.

Os senadores ainda não definiram um cronograma para avaliar a proposta, que precisa ser aprovada até o dia 7 de setembro para não perder a validade. Se a MP for rejeitada ou caducar, o governo teria de encaminhar a criação dos programas por meio

de um projeto de lei, pois não pode reeditar no mesmo ano uma medida provisória que perdeu os efeitos. Como a redução de jornada tem prazo de vigência de 120 dias, justamente o período de validade da MP, esse programa não seria afetado, diferentemente dos outros incluídos pelos deputados.

Além do Requip, a texto cria o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), para jovens de 18 a 29 anos, no primeiro trabalho com carteira assinada, e para pessoas com mais de 55 anos desempregadas há mais de um ano.

Para incentivar as empresas a contratar pelo programa, foi reduzida a alíquota de recolhimento do FGTS. Se o texto for aprovado, além da remuneração paga pela empresa, o governo pagará diretamente ao trabalhador um bônus de até R\$ 275 (o valor vai variar de acordo com a carga horária). Ainda foi incluído no texto o Programa Nacional Prestação de Serviço Social Voluntário, que permite às prefeituras contratarem jovens de 18 a 29 anos e pessoas acima de 50 anos temporariamente em troca de uma remuneração não inferior ao salário mínimo/hora (R\$ 5). A União bancará uma bolsa complementar de R\$ 125 por mês.

Além do conteúdo da MP, um impasse entre Câmara e Senado é outro fator que coloca em dúvida o andamento da medida. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, decidiu impugnar dispositivos incluídos pela Câmara na medida provisória que simplifica a abertura de empresas. As mudanças revogavam leis que estabelecem um piso salarial para categorias de profissionais liberais. Quando o Congresso altera uma medida provisória para incluir dispositivos estranhos ao escopo principal da norma, a manobra é apelidada de “jabuti” e já foi proibida pelo STF. “Faltou diálogo”, afirmou Vanderlan Cardoso.

No Senado, a oposição se articula para excluir os “jabutis” do texto. “Irei lutar para que essas pautas ultrapassadas e retrógradas não avancem no Senado. Todo trabalhador merece um salário digno com carteira assinada, respeito à jornada de trabalho, férias e outros benefícios”, disse o líder da minoria na Casa, Jean Paul Prates (PT-RN). Um conjunto de centrais sindicais divulgou um manifesto de repúdio às mudanças, classificando o projeto como “MP da Escravidão”. As centrais sindicais convocaram um dia nacional de protestos e paralisações de servidores públicos contra matérias trabalhistas no Congresso, incluindo entre os alvos a reforma administrativa.

Azul reduz perda, mas tem prejuízo de R\$ 1,1 bi

Broadcast

A Azul conseguiu reduzir perdas no segundo trimestre, mas ainda assim reportou um prejuízo líquido ajustado de R\$ 1,1 bilhão no período, em meio à segunda onda de covid-19 no País. Os avanços na comparação anual foram favorecidos pela base fraca de 2020, sinal de que a companhia precisará de uma forte disciplina para chegar ao fim da pandemia com uma conta possível de pagar.

País deve priorizar agenda de reindustrialização

O Estado de S. Paulo

O choque da pandemia sobre a indústria foi relativamente menor do que em outros segmentos. Mas o setor foi o mais castigado pela recessão de 2015-2016 e já estava estagnado há uma década. Dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) com base em estatísticas da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) mostram que entre 2005 e 2020 a indústria brasileira recuou da 9.^a maior do mundo para a 14.^a, e sua participação na indústria mundial caiu pela metade, de 2,2% para 1,3%.

Na última década não houve sinais de desindustrialização nem no mundo, onde, segundo a Unido, a participação da indústria no PIB se manteve em 16%, nem nos países em desenvolvimento, onde essa participação subiu de 20% para 20,6%. No Brasil, a participação da indústria no PIB (que chegou a 26% no final dos anos 80) encolheu de 12,4% para 9,9%.

O Iedi adverte que os países avançados dão sinais de querer se reindustrializar, e a pandemia pode acelerar reconfigurações das cadeias de valor na busca por resiliência, tornando-as mais regionalizadas, com o risco de apartar ainda mais o Brasil das cadeias industriais mais dinâmicas.

Uma agenda de reindustrialização deveria ser prioridade nacional e entrar com força na disputa eleitoral de 2022. Arrancar pela raiz as causas do “custo Brasil” – como disfuncionalidade tributária, infraestrutura precária, burocracia excessiva, insegurança

jurídica, financiamento escasso, serviços públicos ineficientes, instabilidade fiscal, má formação, protecionismo – é pré-condição.

Mas a retomada da competitividade dependerá de investimentos em inovação, tecnologia, capacitação e pesquisa, conforme a receita de países emergentes hoje nas vanguardas da 4.^a Revolução Industrial, como China, Coreia ou Cingapura.

O Brasil ainda tem o maior parque industrial no Hemisfério Sul e a regionalização da dinâmica global pode servir à indústria nacional, se se conseguir criar cadeias de valor agregado com nossos vizinhos na América do Sul e atrair empresas da América do Norte e da Europa reticentes ante eventuais rupturas com as cadeias asiáticas.

Uma agenda de modernização da indústria não é uma opção macroeconômica entre outras. Se os problemas não forem enfrentados, os danos podem se tornar irreversíveis e a economia nacional pode ser condenada à dependência da agropecuária e da mineração.

BC vê perigo de descontrole das contas públicas

O Estado de S. Paulo

Numa referência às crescentes previsões de gastos do governo, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que “é impossível para qualquer BC do mundo fazer um trabalho de segurar as expectativas (de inflação) com o fiscal descontrolado”.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que é impossível para qualquer banco central do mundo controlar as expectativas de inflação com um ambiente fiscal descontrolado, referindo-se ao aumento dos gastos do governo. “De uns tempos para cá, com algumas notícias como o tema do precatório, o tema de qual vai ser o novo programa Bolsa Família, incentivos para setores específicos..., esses temas geraram um ruído no mundo financeiro”, disse Campos Neto.

Analistas de mercado já preveem a inflação fechando em 7% este ano, bem acima do teto da meta que o BC deveria perseguir, de 5,25%. O centro da meta para o ano é de 3,75%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

O presidente Bolsonaro enviou ao Congresso proposta que parcela o pagamento de dívidas judiciais do governo com empresas, servidores e beneficiários da Previdência, abrindo espaço de R\$ 33,5 bilhões no Orçamento de 2022 para turbinar o Bolsa Família – rebatizado de Auxílio Brasil – em ano eleitoral. A proposta prevê parcelar o pagamento dos “superprecatórios”, acima dos R\$ 66 milhões, ao longo de dez anos. Valores até R\$ 66 mil ficariam livres do parcelamento. A PEC ainda cria um fundo a ser abastecido com recursos de venda imóveis, dividendos de empresas estatais, alienação de participações societárias, concessões e partilha de petróleo. Segundo o governo, os valores poderão ser usados para abater dívida pública ou antecipar o pagamento dos precatórios parcelados. As despesas do fundo ficariam fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

A proposta recebeu uma enxurrada de críticas. De um lado, advogados veem trechos que afrontam a Constituição e já foram alvo de debate no STF. De outro, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, alerta que a medida abre caminho para a criação de um “orçamento paralelo” e piora a percepção de risco fiscal sobre o Brasil.

“O mundo financeiro e os agentes econômicos passaram a ter uma percepção de que o ambiente fiscal não está melhorando tanto, e os preços corrigiram em relação a isso”, afirmou Campos Neto. Com a piora da percepção de investidores sobre a sustentabilidade das contas públicas e o cumprimento das regras fiscais, houve impacto no preço do dólar e no índice da Bolsa de Valores. Campos Neto lembrou que, antes disso, o dólar chegou a ficar abaixo de R\$ 5 quando a avaliação do mercado sobre a dívida pública melhorou.

Ainda para o presidente do BC, a “coisa mais importante em um país que tem o nível de dívida que o Brasil tem, que já flertou com esse problema muitas vezes, é passar uma mensagem de credibilidade fiscal”. “Essa é a mensagem que vai permitir ao Banco Central fazer o trabalho, com o menor nível de juros, e com maior eficiência.”

Após insistir durante meses que a escalada da inflação era temporária no Brasil, o próprio BC admitiu que a alta dos preços ao consumidor “continua se revelando persistente”. Para tentar segurar a inflação, o Copom do BC decidiu acelerar a alta da Selic (a taxa básica de juros) e anunciou um aumento de 1,00 ponto porcentual, de 4,25% para 5,25% ao ano. “Então, quando eu entrei, eu brincava dizendo que eu não era

o piloto, mas era o passageiro. O piloto era o fiscal (comandado pelo Ministério da Economia)”, avaliou.

Com o novo resultado do IBC-BR, economistas apontam para alta de 0,2% do Produto Interno Bruto no 2º trimestre

Broadcast

Em meio à pandemia de covid19, a atividade econômica brasileira voltou a avançar. O Banco Central informou ontem que seu Índice de Atividade (IBCBR) subiu 1,14% em junho ante maio, na série já livre de influências sazonais, uma espécie de compensação feita para comparar períodos diferentes.

Com o número de junho, economistas apontam para uma alta de 0,2% do PIB no segundo trimestre deste ano – o dado oficial só deve sair no dia 1.º de setembro. “É uma recuperação mais relacionada à mobilidade e à melhora da pandemia do que a outras variáveis econômicas”, disse a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória, que destaca que no segundo semestre deve permanecer um cenário fiscal e político conturbado.

Conhecido como uma “prévia do BC para o PIB”, o IBC-BR serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. Depois de despencar em março e abril do ano passado, durante a primeira onda de covid-19, o indicador passou a reagir, até que a segunda onda da doença provocasse, no início de 2021, novos fechamentos de empresas. Em março, a atividade econômica recuou, mas em abril ela voltou a avançar. Em maio houve novo recuo e, em junho, o indicador voltou a subir.

“Mesmo com o PIB já voltando ao nível pré-crise no primeiro trimestre deste ano, esses setores (de serviços que requerem mobilidade social) ainda estavam em patamares bastante deprimidos, e são eles que estão começando a voltar agora. Isso é o que estimulou a alta da atividade econômica dos últimos meses e deve ser a principal contribuição para o PIB, principalmente no terceiro trimestre”, diz o economista Luka Barbosa, do Itaú Unibanco.

“A conjuntura tem duas forças. Serviços ainda com um espaço para recuperação muito grande, que deve ser compensada, em parte, por uma estabilidade na produção

industrial”, diz o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otavio de Souza Leal. “A parte de automóveis tem segurado a indústria no mundo inteiro, tudo em decorrência desse problema nas cadeias de semicondutores”, afirma.

O banco estima alta de 0,20% do PIB no segundo trimestre. Ele afirma que estima alta de 5% para a economia neste ano, mas o número pode ser menor por causa do risco hídrico. “Acho que vamos ter problemas de fornecimento de energia. Talvez não um racionamento oficial, mas um crescente risco de apagão”, alerta o economista.

No primeiro semestre, o IBCBR acumula alta de 7%, na série sem ajustes sazonais. Em 12 meses, o avanço é de 2,33%. A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2021 é de alta de 4,6%. No Relatório de Mercado Focus divulgado pelo BC na última segunda-feira, 9, a projeção é de alta de 5,30% para o PIB em 2021. O Focus reúne as estimativas dos economistas do mercado financeiro.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão; Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços*	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até Junho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	4,76
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	6,08
INPC	-	4,48	5,45	5,01
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: (*) Ainda está com relação a maio.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.162	33.694	7.468
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.409	66.686	18.723
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.756	104.338	16.418
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.304	131.844	19.460
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	182.982	159.443	23.539
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.027	187.771	33.256
JAN-IJUL	184.006	226.325	-42.319			
JAN-AGO	218.893	249.950	-31.057			
JAN-SET	256.906	275.920	-19.014			
JAN-OUT	300.857	304.054	-3.197			
JAN-NOV	341.518	329.960	11.558			
JAN-DEZ	372.189	358.139	14.050			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.